

**Adriano Andrade
Cleber Masson
Landolfo Andrade**

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

Vol. 1

- Fundamentos do Direito Coletivo
- Ação Civil Pública
- Ação Popular
- Mandado de Segurança Coletivo
- Direito do Consumidor
- Improbidade Administrativa

9.^a | revista,
edição | atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Data de fechamento: 18.03.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A565i
Andrade, Adriano

Interesses difusos e coletivos / Adriano Andrade, Cleber Masson, Landolfo Andrade. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8524-0

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. I. Masson, Cleber. II. Andrade, Landolfo. III. Título.

19-55311

CDU: 342.726(81)

SUMÁRIO

| | |
|--|----------|
| CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS DE DIREITO COLETIVO..... | 1 |
| 1.1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos..... | 1 |
| 1.1.1 Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão) | 2 |
| 1.1.2 Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão) | 2 |
| 1.1.3 Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão) | 4 |
| 1.1.4 Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão) | 5 |
| 1.1.5 Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão) | 5 |
| 1.1.6 Quadro-resumo das três primeiras gerações/dimensões..... | 5 |
| 1.2 Surgimento e Evolução do Direito Coletivo..... | 6 |
| 1.2.1 Antecedentes remotos do processo coletivo | 7 |
| 1.2.2 As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX..... | 8 |
| 1.2.3 Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socioeconômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa | 9 |
| 1.2.4 Evolução do processo coletivo na legislação brasileira..... | 13 |
| 1.3 Definições e Terminologia | 16 |
| 1.3.1 Interesse e direito subjetivo | 16 |
| 1.3.2 Por que a CF/88 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos?..... | 16 |
| 1.3.3 Interesse público x interesse privado | 17 |

| | | |
|--|--|-----------|
| 1.3.4 | Direito público x direito privado..... | 19 |
| 1.3.5 | Interesses transindividuais: objeto do direito coletivo..... | 19 |
| 1.3.6 | Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos | 20 |
| 1.3.6.1 | Interesses difusos | 22 |
| 1.3.6.2 | Interesses coletivos <i>stricto sensu</i> | 26 |
| 1.3.6.3 | Interesses individuais homogêneos..... | 30 |
| 1.3.6.4 | Considerações finais sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos..... | 35 |
| CAPÍTULO 2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA | | 43 |
| 2.1 | Considerações Iniciais..... | 43 |
| 2.1.1 | Princípios do Direito Processual Coletivo Comum..... | 44 |
| 2.1.1.1 | Princípio do acesso à justiça | 45 |
| 2.1.1.2 | Princípio da universalidade da jurisdição..... | 45 |
| 2.1.1.3 | Princípios da participação no processo e pelo processo | 45 |
| 2.1.1.4 | Princípio da economia processual..... | 46 |
| 2.1.1.5 | Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo..... | 46 |
| 2.1.1.6 | Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva..... | 47 |
| 2.1.1.7 | Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva | 48 |
| 2.1.1.8 | Princípio da não taxatividade da ação coletiva.... | 48 |
| 2.1.1.9 | Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum..... | 49 |
| 2.1.1.10 | Princípio da máxima amplitude do processo coletivo..... | 49 |
| 2.1.1.11 | Princípio da obrigatoriedade da execução coletiva pelo Ministério Público | 50 |
| 2.1.1.12 | Princípio da ampla divulgação da demanda | 50 |
| 2.1.1.13 | Princípio da informação aos órgãos legitimados... | 51 |
| 2.1.1.14 | Princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização..... | 52 |
| 2.1.1.15 | Princípio da integração entre a LACP e o CDC... | 52 |
| 2.1.2 | Ação civil pública ou ação coletiva? | 54 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.1.3 | Natureza jurídica: norma de direito material ou de direito processual? | 56 |
| 2.2 | A Influência das <i>Class Actions</i> | 57 |
| 2.2.1 | Pressuposto da comunhão de questões de fato ou de direito ... | 58 |
| 2.2.2 | Legitimidade ativa | 58 |
| 2.2.3 | Coisa julgada | 59 |
| 2.2.4 | Pressuposto da representatividade adequada (<i>adequacy of representation</i>)..... | 60 |
| 2.2.5 | <i>Opt-out</i> e <i>opt-in</i> | 61 |
| 2.2.6 | Legitimação passiva..... | 62 |
| 2.2.7 | <i>Fluid recovery</i> | 62 |
| 2.2.8 | Resumo das principais influências das <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> sobre nossas ações civis públicas | 63 |
| 2.2.9 | Resumo das principais diferenças entre as <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> e nossas ações civis públicas..... | 63 |
| 2.3 | Condições da Ação..... | 63 |
| 2.3.1 | Legitimidade <i>ad causam</i> | 65 |
| 2.3.1.1 | Legitimidade ativa..... | 65 |
| 2.3.1.2 | Legitimidade passiva | 112 |
| 2.3.2 | Interesse processual..... | 114 |
| 2.4 | Elementos da Ação..... | 115 |
| 2.4.1 | Partes..... | 115 |
| 2.4.2 | Causa de pedir | 116 |
| 2.4.3 | Pedido | 118 |
| 2.4.3.1 | Objeto imediato..... | 118 |
| 2.4.3.2 | Objeto mediato..... | 125 |
| 2.4.3.3 | Controle de constitucionalidade | 126 |
| 2.4.3.4 | Controle judicial de políticas públicas..... | 127 |
| 2.4.3.5 | Questões tributárias, contribuições previdenciárias, FGTS e outros fundos..... | 135 |
| 2.5 | Competência | 136 |
| 2.5.1 | Competência originária nos tribunais de superposição | 137 |
| 2.5.2 | Competência de jurisdição..... | 140 |
| 2.5.2.1 | Justiça Especial x Justiça Comum | 140 |
| 2.5.2.2 | Justiça Comum: Justiça Federal x Justiças Estaduais ou Distrital..... | 142 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.5.3 | Competência originária na respectiva Justiça | 150 |
| 2.5.4 | Competência de foro (ou territorial) | 150 |
| 2.5.4.1 | Regra geral | 150 |
| 2.5.4.2 | Regras específicas..... | 157 |
| 2.5.5 | Competência de juízo | 159 |
| 2.5.5.1 | Juizados Especiais Cíveis Federais | 159 |
| 2.5.5.2 | Juizados Especiais Cíveis Estaduais..... | 160 |
| 2.5.6 | Competência interna..... | 161 |
| 2.5.7 | Competência recursal..... | 161 |
| 2.6 | Litisconsórcio, Intervenção de Terceiros e Oposição..... | 161 |
| 2.6.1 | Litisconsórcio e assistência..... | 162 |
| 2.6.1.1 | Noções preliminares..... | 162 |
| 2.6.1.2 | Litisconsórcio ativo inicial de colegitimados..... | 163 |
| 2.6.1.3 | Litisconsórcio ativo superveniente de colegitimados | 163 |
| 2.6.1.4 | Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos ... | 165 |
| 2.6.1.5 | Assistência simples de não colegitimados..... | 167 |
| 2.6.1.6 | Litisconsórcio e assistência litisconsorcial de não colegitimados | 168 |
| 2.6.1.7 | Facultatividade do litisconsórcio passivo em ações ambientais..... | 171 |
| 2.6.2 | Denúnciação da lide..... | 172 |
| 2.6.3 | Chamamento ao processo | 173 |
| 2.6.4 | <i>Amicus curiae</i> | 175 |
| 2.7 | Conexão, Continência e Litispendência | 177 |
| 2.7.1 | Conexão e continência..... | 177 |
| 2.7.1.1 | Efeito da conexão ou continência: prorrogação da competência | 179 |
| 2.7.2 | Litispendência..... | 184 |
| 2.7.2.1 | Efeito da litispêndência..... | 184 |
| 2.7.3 | Conexão, continência e litispêndência entre ações civis públicas e ações individuais | 184 |
| 2.7.3.1 | Incidente de resolução de demandas repetitivas.... | 187 |
| 2.8 | Inquérito Civil e Outros Meios de Prova..... | 189 |
| 2.8.1 | Instrução da petição inicial | 189 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 2.8.1.1 | As ferramentas do Ministério Público: inquérito civil e procedimento preparatório | 189 |
| 2.8.1.2 | As ferramentas dos demais legitimados: requerimentos de certidões ou informações | 227 |
| 2.8.2 | Instrução ao longo do processo..... | 228 |
| 2.8.2.1 | Ônus da prova no processo coletivo..... | 228 |
| 2.9 | Particularidades Procedimentais | 238 |
| 2.9.1 | O edital nas ações sobre interesses individuais homogêneos... | 239 |
| 2.9.2 | Tutelas provisórias | 240 |
| 2.9.2.1 | Tutelas de urgência | 240 |
| 2.9.2.2 | Tutelas de evidência | 245 |
| 2.9.2.3 | Limitações | 246 |
| 2.9.2.4 | Meios de impugnação | 250 |
| 2.9.3 | Desistência e abandono | 255 |
| 2.9.4 | Reconvenção | 258 |
| 2.10 | Resolução Amigável dos Conflitos | 260 |
| 2.10.1 | Autocomposição extrajudicial: o compromisso de ajustamento de conduta..... | 265 |
| 2.10.1.1 | Previsão legal | 266 |
| 2.10.1.2 | Legitimação | 266 |
| 2.10.1.3 | Natureza jurídica..... | 268 |
| 2.10.1.4 | Objeto..... | 269 |
| 2.10.1.5 | Cominações..... | 271 |
| 2.10.1.6 | Compromisso de ajustamento tomado em um inquérito civil ou em um procedimento preparatório..... | 272 |
| 2.10.1.7 | Compromisso de ajustamento de conduta preliminar | 274 |
| 2.10.1.8 | Complementação, impugnação e substituição do compromisso | 275 |
| 2.10.1.9 | Acompanhamento e execução | 278 |
| 2.10.2 | Autocomposição judicial | 282 |
| 2.11 | Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada | 284 |
| 2.11.1 | Sentenças coletivas..... | 284 |
| 2.11.1.1 | Obrigações de fazer ou não fazer..... | 284 |
| 2.11.1.2 | Obrigações de pagar..... | 286 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 2.11.2 | Impugnação..... | 288 |
| 2.11.2.1 | Recursos..... | 288 |
| 2.11.2.2 | Pedido de suspensão da execução da sentença não transitada em julgado..... | 290 |
| 2.11.3 | Coisa julgada | 290 |
| 2.11.3.1 | Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses difusos e coletivos..... | 292 |
| 2.11.3.2 | Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses individuais homogêneos | 293 |
| 2.11.3.3 | O emprego legal das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i> | 294 |
| 2.11.3.4 | Coisa julgada material <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> | 295 |
| 2.11.3.5 | Transporte da coisa julgada <i>in utilibus</i> | 296 |
| 2.11.3.6 | Implicações do estágio do processo coletivo em relação ao estágio do processo individual..... | 304 |
| 2.11.3.7 | Limites territoriais e subjetivos da coisa julgada... | 305 |
| 2.12 | Liquidação e Execução de Sentenças | 310 |
| 2.12.1 | Direitos difusos e direitos coletivos | 310 |
| 2.12.1.1 | Legitimidade | 310 |
| 2.12.1.2 | Competência | 311 |
| 2.12.1.3 | Procedimento..... | 311 |
| 2.12.2 | Direitos individuais homogêneos..... | 315 |
| 2.12.2.1 | Liquidação e execução individuais | 315 |
| 2.12.2.2 | Liquidação e execução coletivas..... | 318 |
| 2.12.2.3 | <i>Fluid recovery</i> segundo o CDC..... | 319 |
| 2.12.2.4 | Sistema da Lei 7.913/1989..... | 323 |
| 2.12.2.5 | Prioridade dos créditos de direitos individuais homogêneos | 323 |
| 2.13 | Fundos de Direitos Difusos | 324 |
| 2.13.1 | Fundo federal e fundos estaduais de reparação dos interesses difusos..... | 324 |
| 2.13.2 | As normas de regência | 324 |
| 2.13.3 | Fontes de receita | 325 |
| 2.13.4 | Aplicação dos recursos | 325 |
| 2.13.5 | Fundos assemelhados..... | 326 |

| | | |
|---------------------------------------|---|------------|
| 2.14 | Considerações Finais..... | 327 |
| 2.14.1 | Ministério Público como fiscal da lei..... | 327 |
| 2.14.2 | Não adiantamento das custas e despesas processuais..... | 328 |
| 2.14.3 | Ônus da sucumbência..... | 331 |
| 2.14.4 | Litigância de má-fé..... | 332 |
| 2.14.5 | Prescrição | 334 |
| 2.14.6 | Oposição..... | 337 |
| CAPÍTULO 3 - AÇÃO POPULAR..... | | 339 |
| 3.1 | Considerações Iniciais..... | 339 |
| 3.2 | Condições da Ação..... | 340 |
| 3.2.1 | Legitimidade <i>ad causam</i> | 340 |
| 3.2.1.1 | Legitimidade ativa..... | 340 |
| 3.2.1.2 | Legitimidade passiva | 343 |
| 3.2.2 | Interesse processual | 349 |
| 3.3 | Elementos da Ação..... | 351 |
| 3.3.1 | Partes..... | 351 |
| 3.3.2 | Causa de pedir | 352 |
| 3.3.3 | Pedido | 357 |
| 3.3.3.1 | Objeto imediato..... | 357 |
| 3.3.3.2 | Objeto mediato..... | 361 |
| 3.4 | Competência | 362 |
| 3.5 | Conexão, Continência e Litispendência | 369 |
| 3.6 | Prova..... | 371 |
| 3.6.1 | Considerações gerais | 371 |
| 3.6.2 | Crime do art. 8.º da LAP..... | 372 |
| 3.7 | Particularidades Procedimentais | 374 |
| 3.7.1 | Liminares..... | 374 |
| 3.7.2 | Requisição de documentos e certidões..... | 376 |
| 3.7.3 | Citação dos beneficiários e responsáveis..... | 376 |
| 3.7.4 | Prazo para contestar..... | 377 |
| 3.7.5 | Possíveis atitudes para a entidade cujo ato é impugnado | 378 |
| 3.7.6 | Demais peculiaridades | 380 |
| 3.8 | Atuação do Ministério Público | 381 |

| | | |
|--|---|------------|
| 3.8.1 | Fiscal da lei..... | 381 |
| 3.8.2 | Órgão ativador da prova e auxiliar do autor popular..... | 382 |
| 3.8.3 | Sucessor do autor..... | 383 |
| 3.8.4 | Outras funções..... | 384 |
| 3.9 | Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada..... | 385 |
| 3.10 | Liquidação e Execução de Sentenças..... | 388 |
| 3.11 | Considerações Finais..... | 391 |
| CAPÍTULO 4 - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO..... | | 395 |
| 4.1 | Considerações Iniciais..... | 395 |
| 4.2 | Pressupostos..... | 398 |
| 4.2.1 | Pressupostos dos mandados de segurança individuais e coletivos..... | 398 |
| 4.2.1.1 | Ato de autoridade..... | 399 |
| 4.2.1.2 | Ilegalidade ou abuso de poder..... | 400 |
| 4.2.1.3 | Lesão ou ameaça de lesão..... | 400 |
| 4.2.1.4 | Direito líquido e certo..... | 400 |
| 4.2.1.5 | Não cabimento de <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> | 401 |
| 4.2.2 | Pressuposto específico do mandado de segurança coletivo..... | 401 |
| 4.3 | Competência..... | 404 |
| 4.4 | Condições da Ação..... | 407 |
| 4.4.1 | Legitimidade <i>ad causam</i> | 407 |
| 4.4.1.1 | Legitimidade ativa..... | 407 |
| 4.4.1.2 | Legitimidade passiva..... | 415 |
| 4.4.2 | Interesse processual..... | 417 |
| 4.5 | Elementos da Ação, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros..... | 419 |
| 4.5.1 | Elementos da ação..... | 419 |
| 4.5.1.1 | Partes..... | 419 |
| 4.5.1.2 | Causa de pedir..... | 419 |
| 4.5.1.3 | Pedido..... | 419 |
| 4.5.2 | Litisconsórcio..... | 423 |
| 4.5.3 | Intervenção de terceiros..... | 423 |
| 4.6 | Conexão, Continência e Litispendência..... | 424 |
| 4.7 | Procedimento..... | 426 |

| | | |
|--|---|------------|
| 4.7.1 | Petição e despacho iniciais..... | 426 |
| 4.7.1.1 | Liminares: aspectos gerais..... | 428 |
| 4.7.1.2 | Liminares: limitações..... | 429 |
| 4.7.1.3 | Liminares: impugnação..... | 430 |
| 4.7.2 | Desistência | 433 |
| 4.7.3 | Celeridade na tramitação | 434 |
| 4.7.4 | Defesa oral nos tribunais | 434 |
| 4.8 | A Atuação do Ministério Público..... | 434 |
| 4.9 | Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada | 436 |
| 4.9.1 | Peculiaridades da coisa julgada no mandado de segurança coletivo..... | 440 |
| 4.10 | Execução de Sentenças..... | 444 |
| 4.11 | Considerações Finais..... | 446 |
| | | |
| CAPÍTULO 5 - DIREITO DO CONSUMIDOR..... | | 449 |
| 5.1 | Noções Introdutórias..... | 449 |
| 5.1.1 | Conceito..... | 449 |
| 5.1.2 | Alocação na teoria geral do direito..... | 449 |
| 5.1.3 | Relações do direito do consumidor com outros ramos do direito..... | 450 |
| 5.1.3.1 | Com o Direito Constitucional..... | 450 |
| 5.1.3.2 | Com o Direito Administrativo..... | 451 |
| 5.1.3.3 | Com o Direito Processual..... | 451 |
| 5.1.3.4 | Com o Direito Penal..... | 452 |
| 5.1.3.5 | Com o Direito Internacional..... | 453 |
| 5.1.3.6 | Com o Direito Civil..... | 456 |
| 5.1.4 | Origens históricas | 458 |
| 5.1.4.1 | Análise histórica da relação de consumo..... | 458 |
| 5.1.4.2 | O Direito do Consumidor como resposta legal protetiva..... | 459 |
| 5.1.5 | Finalidade do direito do consumidor..... | 460 |
| 5.2 | Fundamento Constitucional..... | 461 |
| 5.2.1 | Introdução..... | 461 |
| 5.2.2 | A proteção do consumidor como direito fundamental..... | 462 |
| 5.2.2.1 | Noção de direito fundamental | 462 |

| | | | | |
|-------|---------|--|--|-----|
| | 5.2.2.2 | A importância do art. 5.º, XXXII, da CF | 462 | |
| 5.2.3 | | A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica | 464 | |
| 5.2.4 | | A proteção infraconstitucional do consumidor (art. 48 do ADCT) | 465 | |
| 5.2.5 | | Competência legislativa concorrente..... | 465 | |
| 5.3 | | O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor..... | 467 | |
| | 5.3.1 | Influências do direito comparado..... | 467 | |
| | 5.3.2 | Microsistema jurídico..... | 468 | |
| | 5.3.3 | Lei principiológica..... | 469 | |
| | 5.3.4 | Normas de ordem pública e interesse social..... | 470 | |
| | 5.3.5 | A aplicação da Lei 8.078/1990 no tempo | 471 | |
| | 5.3.6 | Política nacional de relações de consumo | 473 | |
| | | 5.3.6.1 | Objetivos..... | 473 |
| | | 5.3.6.2 | A importância sistemática do art. 4.º do CDC.... | 473 |
| | 5.3.7 | O diálogo das fontes | 474 | |
| | | 5.3.7.1 | Introdução..... | 474 |
| | | 5.3.7.2 | O diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil..... | 476 |
| | | 5.3.7.3 | O diálogo entre o CDC e a legislação especial.... | 478 |
| 5.4 | | Princípios Gerais do Direito do Consumidor..... | 481 | |
| | 5.4.1 | Noção de princípios de direito | 481 | |
| | 5.4.2 | Princípios e cláusulas gerais: distinção..... | 481 | |
| | 5.4.3 | Princípios em espécie..... | 482 | |
| | | 5.4.3.1 | Princípio da vulnerabilidade..... | 482 |
| | | 5.4.3.2 | Princípio da defesa do consumidor pelo Estado... | 485 |
| | | 5.4.3.3 | Princípio da harmonização | 486 |
| | | 5.4.3.4 | Princípio da boa-fé objetiva..... | 486 |
| | | 5.4.3.5 | Princípio do equilíbrio..... | 490 |
| | | 5.4.3.6 | Princípio da transparência | 491 |
| | | 5.4.3.7 | Princípio da confiança | 492 |
| | | 5.4.3.8 | Princípio do combate ao abuso..... | 493 |
| | | 5.4.3.9 | Princípio da educação e informação..... | 494 |
| | | 5.4.3.10 | Princípio da precaução | 495 |
| 5.5 | | Direitos Básicos do Consumidor | 496 | |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.5.1 | Introdução..... | 496 |
| 5.5.2 | Direito à vida, saúde e segurança..... | 497 |
| 5.5.3 | Direito à educação..... | 498 |
| 5.5.4 | Direito à liberdade de escolha..... | 499 |
| 5.5.5 | Direito à igualdade nas contratações..... | 499 |
| 5.5.6 | Direito à informação..... | 500 |
| 5.5.7 | Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas..... | 503 |
| 5.5.8 | Direito à modificação e revisão das cláusulas contratuais..... | 504 |
| 5.5.9 | Direito à efetiva prevenção e reparação dos danos materiais e morais..... | 508 |
| 5.5.9.1 | Reparação do dano moral..... | 509 |
| 5.5.9.2 | A questão do dano moral coletivo..... | 512 |
| 5.5.9.3 | Pedido genérico em ação de indenização por danos materiais e morais..... | 515 |
| 5.5.10 | Direito de acesso à justiça..... | 516 |
| 5.5.11 | Direito à inversão do ônus da prova..... | 516 |
| 5.5.11.1 | Requisitos..... | 517 |
| 5.5.11.2 | Verossimilhança da alegação..... | 518 |
| 5.5.11.3 | Hipossuficiência..... | 519 |
| 5.5.11.4 | Hipossuficiência e vulnerabilidade: distinção..... | 520 |
| 5.5.11.5 | Momento da inversão do ônus da prova..... | 521 |
| 5.5.11.6 | A questão do custeio das provas..... | 524 |
| 5.5.11.7 | Efeitos da inversão..... | 524 |
| 5.5.12 | Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos.... | 526 |
| 5.5.13 | Direito à proteção de dados pessoais..... | 527 |
| 5.6 | Campo de Aplicação do CDC..... | 528 |
| 5.6.1 | A relação jurídica de consumo..... | 528 |
| 5.6.2 | Conceito de consumidor..... | 529 |
| 5.6.2.1 | O consumidor <i>standard</i> ou <i>stricto sensu</i> | 530 |
| 5.6.2.2 | O consumidor equiparado..... | 534 |
| 5.6.3 | Conceito de fornecedor..... | 537 |
| 5.6.3.1 | Definição jurídica..... | 537 |
| 5.6.3.2 | Atividade profissional..... | 538 |
| 5.6.3.3 | Atividade desenvolvida no mercado de consumo... | 539 |

| | | | |
|-----|---------|--|-----|
| | 5.6.3.4 | Técnica de responsabilização dos fornecedores no CDC | 540 |
| | 5.6.4 | Conceito de produto | 541 |
| | 5.6.5 | Conceito de serviço..... | 542 |
| | 5.6.5.1 | Definição jurídica..... | 542 |
| | 5.6.5.2 | Atividade remunerada..... | 543 |
| | 5.6.5.3 | Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários..... | 544 |
| | 5.6.5.4 | Serviços públicos..... | 546 |
| 5.7 | | Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor | 550 |
| | 5.7.1 | Prevenção | 550 |
| | 5.7.2 | Riscos normais e previsíveis | 550 |
| | 5.7.3 | Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso | 551 |
| | 5.7.4 | Periculosidade exagerada..... | 552 |
| | 5.7.5 | O <i>recall</i> | 553 |
| 5.8 | | Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo..... | 554 |
| | 5.8.1 | Noções introdutórias..... | 554 |
| | 5.8.2 | Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC | 555 |
| | 5.8.3 | Sistemática do CDC..... | 556 |
| | 5.8.4 | Teoria da qualidade..... | 556 |
| | 5.8.5 | Defeito e vício: distinção..... | 558 |
| | 5.8.6 | Responsabilidade pelo fato do produto..... | 560 |
| | 5.8.6.1 | Responsabilidade objetiva..... | 561 |
| | 5.8.6.2 | Pressupostos da responsabilidade | 561 |
| | 5.8.6.3 | Os fornecedores responsáveis e a solidariedade | 566 |
| | 5.8.6.4 | A responsabilidade do comerciante..... | 568 |
| | 5.8.6.5 | O direito de regresso e a denúncia da lide | 569 |
| | 5.8.6.6 | As causas de exclusão da responsabilidade..... | 570 |
| | 5.8.7 | Responsabilidade pelo fato do serviço | 577 |
| | 5.8.7.1 | Noção de defeito do serviço..... | 578 |
| | 5.8.7.2 | Os fornecedores responsáveis..... | 578 |
| | 5.8.7.3 | Causas de exclusão da responsabilidade | 579 |
| | 5.8.7.4 | Responsabilidade do profissional liberal | 584 |
| | 5.8.7.5 | A responsabilidade pessoal do médico e o novo Código de Ética Médica | 586 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 5.8.7.6 | A responsabilidade dos hospitais e clínicas médicas em face do erro médico | 587 |
| 5.8.7.7 | A responsabilidade das empresas de planos de saúde pelos serviços prestados por médicos e hospitais credenciados..... | 590 |
| 5.8.7.8 | A responsabilização dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e as implicações do novo Marco Civil da Internet..... | 591 |
| 5.8.7.9 | A responsabilização dos editores de <i>blogs</i> por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros..... | 596 |
| 5.8.7.10 | A responsabilização dos Portais de Notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros | 598 |
| 5.8.7.11 | A responsabilização dos Provedores de Busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca | 599 |
| 5.8.8 | Consumidor <i>bystander</i> (art. 17 do CDC) | 601 |
| 5.8.9 | Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço..... | 602 |
| 5.8.9.1 | Responsabilidade objetiva..... | 603 |
| 5.8.9.2 | Os fornecedores responsáveis e a solidariedade | 604 |
| 5.8.9.3 | O vício de qualidade do produto | 605 |
| 5.8.9.4 | O vício de quantidade do produto (art. 19)..... | 610 |
| 5.8.9.5 | O vício de qualidade do serviço (art. 20)..... | 611 |
| 5.8.9.6 | Vício de quantidade do serviço | 612 |
| 5.8.9.7 | Serviços públicos..... | 614 |
| 5.8.10 | Responsabilidade civil pela perda de uma chance..... | 620 |
| 5.8.11 | Responsabilidade civil pela perda do tempo produtivo do consumidor | 623 |
| 5.9 | Decadência e Prescrição | 625 |
| 5.9.1 | Sistemática do CDC | 625 |
| 5.9.2 | Decadência | 625 |
| 5.9.2.1 | Contagem do prazo..... | 626 |
| 5.9.2.2 | Causas que obstam a decadência (art. 26, § 2.º)... | 628 |
| 5.9.2.3 | Garantia legal e garantia contratual | 630 |
| 5.9.2.4 | Autonomia do prazo prescricional para o exercício da pretensão reparatória dos danos decorrentes dos vícios do bem de consumo | 632 |
| 5.9.3 | Prescrição | 634 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.9.3.1 | Causas que suspendem ou interrompem a prescrição..... | 635 |
| 5.9.3.2 | A prescrição de outras pretensões reparatórias ... | 635 |
| 5.10 | Desconsideração da Personalidade Jurídica..... | 640 |
| 5.10.1 | Desconsideração no Código Civil..... | 641 |
| 5.10.2 | Desconsideração no CDC..... | 641 |
| 5.10.2.1 | Hipóteses autorizadoras..... | 642 |
| 5.10.2.2 | A interpretação da cláusula geral do art. 28, § 5.º, do CDC..... | 643 |
| 5.10.3 | Desconsideração inversa..... | 645 |
| 5.10.4 | Responsabilização societária..... | 646 |
| 5.10.4.1 | Responsabilidade subsidiária do grupamento societário (§ 2.º)..... | 646 |
| 5.10.4.2 | Responsabilidade solidária das sociedades consorciadas (§ 3.º)..... | 647 |
| 5.10.4.3 | Responsabilidade subjetiva das sociedades coligadas (§ 4.º)..... | 647 |
| 5.11 | Práticas Comerciais..... | 648 |
| 5.11.1 | Oferta..... | 648 |
| 5.11.1.1 | Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC)..... | 648 |
| 5.11.1.2 | A oferta de componentes e de peças de reposição..... | 653 |
| 5.11.1.3 | A regra da solidariedade estatuída no art. 34 do CDC..... | 654 |
| 5.11.1.4 | Dever de informar..... | 655 |
| 5.11.2 | Publicidade..... | 658 |
| 5.11.2.1 | Conceito de publicidade..... | 658 |
| 5.11.2.2 | Publicidade e propaganda..... | 658 |
| 5.11.2.3 | Publicidade institucional e publicidade promocional..... | 658 |
| 5.11.2.4 | Controle da publicidade..... | 659 |
| 5.11.2.5 | Princípios da proteção publicitária do consumidor..... | 659 |
| 5.11.2.6 | Publicidade enganosa..... | 662 |
| 5.11.2.7 | Publicidade abusiva..... | 666 |
| 5.11.3 | Práticas abusivas..... | 668 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 5.11.3.1 | Conceito de práticas abusivas..... | 668 |
| 5.11.3.2 | As práticas abusivas elencadas exemplificativamente no art. 39..... | 669 |
| 5.11.4 | Cobrança de dívidas..... | 676 |
| 5.11.4.1 | Cobranças abusivas..... | 676 |
| 5.11.4.2 | Repetição do indébito..... | 678 |
| 5.11.5 | Bancos de dados e cadastros de consumidores..... | 682 |
| 5.11.5.1 | Introdução..... | 682 |
| 5.11.5.2 | Distinção entre bancos de dados e cadastro de consumidores..... | 682 |
| 5.11.5.3 | Bancos de dados de proteção ao crédito..... | 683 |
| 5.11.5.4 | Qualidade das informações..... | 684 |
| 5.11.5.5 | Direitos dos consumidores perante os arquivos de consumo..... | 686 |
| 5.11.5.6 | Responsabilidade pelo cancelamento da inscrição..... | 690 |
| 5.11.5.7 | Limites temporais dos registros negativos..... | 691 |
| 5.11.5.8 | Dívida discutida em juízo..... | 691 |
| 5.11.5.9 | Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido..... | 692 |
| 5.11.5.10 | Cadastros de reclamações fundamentadas contra os fornecedores..... | 693 |
| 5.11.5.11 | O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414/2011..... | 694 |
| 5.12 | Proteção Contratual..... | 704 |
| 5.12.1 | Introdução..... | 704 |
| 5.12.2 | A nova concepção de contrato..... | 706 |
| 5.12.2.1 | <i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar a perda)..... | 707 |
| 5.12.2.2 | Teoria dos atos próprios: <i>venire contra factum proprium, suppressio, surrectio e tu quoque</i> | 708 |
| 5.12.2.3 | Teoria do adimplemento substancial..... | 712 |
| 5.12.3 | Dirigismo contratual..... | 715 |
| 5.12.4 | Princípios norteadores..... | 716 |
| 5.12.4.1 | Princípio da transparência..... | 716 |
| 5.12.4.2 | Princípio da interpretação mais favorável..... | 717 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 5.12.4.3 | Princípio da vinculação do fornecedor | 718 |
| 5.12.4.4 | Princípio da preservação dos contratos..... | 718 |
| 5.12.5 | Direito de arrependimento (prazo de reflexão)..... | 719 |
| 5.12.5.1 | Direito de arrependimento na compra de passagens aéreas pela internet..... | 720 |
| 5.12.6 | Garantia complementar | 724 |
| 5.12.7 | Cláusulas abusivas | 724 |
| 5.12.7.1 | Definição..... | 724 |
| 5.12.7.2 | Nulidade das cláusulas abusivas..... | 725 |
| 5.12.7.3 | Reconhecimento de ofício..... | 726 |
| 5.12.7.4 | Integração do contrato..... | 726 |
| 5.12.7.5 | Elenco exemplificativo das cláusulas abusivas..... | 727 |
| 5.12.7.6 | Controle das cláusulas gerais dos contratos | 741 |
| 5.12.8 | Crédito e financiamento ao consumidor..... | 742 |
| 5.12.9 | Compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia | 744 |
| 5.12.9.1 | Repercussão da Lei 13.786/2018 nos contratos de compra e venda de imóveis em incorporação imobiliária e loteamento..... | 745 |
| 5.12.9.2 | Cláusula de tolerância..... | 750 |
| 5.12.9.3 | Contratos de consórcio de bens duráveis | 750 |
| 5.12.10 | Contratos de adesão..... | 752 |
| 5.12.10.1 | Definição..... | 752 |
| 5.12.10.2 | Inserção de cláusula no formulário..... | 753 |
| 5.12.10.3 | Cláusula resolutória alternativa | 753 |
| 5.12.10.4 | Contrato de adesão escrito | 753 |
| 5.12.10.5 | Cláusulas restritivas de direitos do consumidor.... | 754 |
| 5.13 | Sistema Nacional de Defesa do Consumidor | 755 |
| 5.13.1 | Introdução..... | 755 |
| 5.13.2 | Procon..... | 756 |
| 5.13.3 | Entidades civis..... | 757 |
| 5.13.4 | Sanções administrativas..... | 758 |
| 5.13.4.1 | Competência | 758 |
| 5.13.4.2 | Modalidades de sanções administrativas..... | 759 |
| 5.13.4.3 | Fiscalização e aplicação das sanções administrativas..... | 759 |

| | | |
|--|---|------------|
| 5.14 | A Defesa do Consumidor em Juízo | 762 |
| 5.14.1 | Considerações iniciais..... | 762 |
| 5.14.2 | Tutela individual..... | 763 |
| 5.14.2.1 | A adequada e efetiva tutela jurisdicional..... | 763 |
| 5.14.2.2 | Ação de cumprimento específico da obrigação de fazer ou não fazer..... | 764 |
| 5.14.2.3 | Competência pelo domicílio do consumidor autor | 770 |
| 5.14.2.4 | Vedação de denunciação da lide e um novo tipo de chamamento ao processo..... | 773 |
| CAPÍTULO 6 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | | 777 |
| 6.1 | Introdução..... | 777 |
| 6.2 | Regramento Constitucional..... | 778 |
| 6.3 | Regramento Infraconstitucional..... | 780 |
| 6.3.1 | Lei de Improbidade Administrativa | 780 |
| 6.3.1.1 | Aplicação da Lei de Improbidade no tempo..... | 781 |
| 6.4 | Conceito de Improbidade Administrativa..... | 782 |
| 6.5 | A Defesa da Probidade Administrativa como um Interesse Difuso.... | 785 |
| 6.6 | Sujeitos do Ato de Improbidade Administrativa | 787 |
| 6.6.1 | Sujeito passivo | 787 |
| 6.6.2 | Sujeito ativo | 791 |
| 6.6.2.1 | Agentes públicos | 791 |
| 6.6.2.2 | Terceiros..... | 801 |
| 6.7 | Elemento Subjetivo da Conduta Ímproba..... | 805 |
| 6.7.1 | A repercussão do artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) na esfera de improbidade administrativa..... | 807 |
| 6.7.1.1 | Incidência do artigo 28 da LINDB limitada à dimensão punitiva de responsabilização dos agentes públicos..... | 807 |
| 6.7.1.2 | Agentes públicos alcançados pelo artigo 28 da LINDB..... | 809 |
| 6.7.1.3 | A repercussão do artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) na interpretação e aplicação do artigo 10 da LIA..... | 810 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 6.8 | Modalidades de Improbidade Administrativa | 813 |
| 6.8.1 | Enriquecimento ilícito..... | 814 |
| 6.8.1.1 | Introdução..... | 814 |
| 6.8.1.2 | Elementos essenciais..... | 815 |
| 6.8.1.3 | Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 9.º..... | 817 |
| 6.8.2 | Atos lesivos ao erário..... | 828 |
| 6.8.2.1 | Introdução..... | 828 |
| 6.8.2.2 | Elementos essenciais..... | 831 |
| 6.8.2.3 | Princípio da insignificância: inadmissibilidade.... | 837 |
| 6.8.2.4 | Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 10..... | 840 |
| 6.8.2.5 | Dos atos de improbidade administrativa decor- rentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário..... | 860 |
| 6.8.3 | Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública | 868 |
| 6.8.3.1 | Introdução..... | 868 |
| 6.8.3.2 | Norma residual ou de aplicação subsidiária..... | 870 |
| 6.8.3.3 | Elementos essenciais..... | 872 |
| 6.8.3.4 | Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 11..... | 874 |
| 6.8.4 | Novas figuras de improbidade administrativa..... | 884 |
| 6.8.4.1 | Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)..... | 886 |
| 6.8.4.2 | Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997)..... | 887 |
| 6.8.5 | Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010)..... | 889 |
| 6.8.5.1 | Rejeição de contas por irregularidade insanável e que configure ato doloso de improbidade admi- nistrativa | 889 |
| 6.8.5.2 | Condenação pela prática de atos dolosos de im- probidade administrativa..... | 890 |
| 6.9 | Sanções..... | 892 |
| 6.9.1 | Previsão normativa..... | 892 |
| 6.9.2 | Correspondência com os tipos de improbidade..... | 893 |
| 6.9.3 | Espécies..... | 894 |
| 6.9.3.1 | Perdas de bens e valores..... | 894 |
| 6.9.3.2 | Ressarcimento integral do dano..... | 896 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 6.9.3.3 | Perda da função pública..... | 898 |
| 6.9.3.4 | Suspensão dos direitos políticos | 905 |
| 6.9.3.5 | Multa civil | 906 |
| 6.9.3.6 | Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou créditos | 907 |
| 6.9.4 | Aplicação das sanções..... | 908 |
| 6.9.4.1 | Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção..... | 908 |
| 6.9.4.2 | Parâmetros para a aplicação das sanções..... | 909 |
| 6.9.4.3 | Aplicação cumulativa das sanções: princípios da proporcionalidade e razoabilidade..... | 910 |
| 6.9.4.4 | Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor?..... | 911 |
| 6.9.4.5 | Concurso de condutas e conflito aparentes de normas | 911 |
| 6.9.4.6 | Pode o juiz aplicar sanções abaixo do mínimo legal?..... | 913 |
| 6.9.4.7 | Cabe condenação apenas à reparação do dano ao erário? | 913 |
| 6.10 | Procedimento Administrativo..... | 914 |
| 6.11 | Providências Cautelares | 916 |
| 6.11.1 | Indisponibilidade de bens | 919 |
| 6.11.1.1 | Introdução..... | 919 |
| 6.11.1.2 | Hipóteses de cabimento..... | 920 |
| 6.11.1.3 | Pressupostos | 922 |
| 6.11.1.4 | Alcance da medida | 925 |
| 6.11.2 | Sequestro | 928 |
| 6.11.3 | Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função | 930 |
| 6.12 | Ação de Improbidade Administrativa..... | 933 |
| 6.12.1 | Nomenclatura | 933 |
| 6.12.2 | Competência..... | 934 |
| 6.12.2.1 | Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União..... | 934 |
| 6.12.2.2 | Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB | 937 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 6.12.2.3 | Atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal..... | 939 |
| 6.12.2.4 | Prerrogativa de foro | 942 |
| 6.12.3 | Legitimação..... | 949 |
| 6.12.3.1 | Litisconsórcio passivo necessário..... | 951 |
| 6.12.3.2 | A posição processual da pessoa jurídica interessada..... | 952 |
| 6.12.3.3 | Sucessão processual no polo passivo | 955 |
| 6.12.3.4 | Legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente como parte em recursos submetidos a julgamento perante o STF e o STJ | 958 |
| 6.12.4 | Pedido | 960 |
| 6.12.5 | Procedimento..... | 961 |
| 6.12.5.1 | Transação, acordo ou conciliação..... | 961 |
| 6.12.5.2 | Fase de admissibilidade da ação | 970 |
| 6.12.5.3 | Ajuste prévio para oitiva de autoridades..... | 973 |
| 6.12.6 | Sentença..... | 974 |
| 6.12.6.1 | Correlação entre pedido e sentença..... | 975 |
| 6.12.6.2 | Independência entre as instâncias | 976 |
| 6.12.7 | Reexame necessário..... | 977 |
| 6.12.8 | Coisa julgada | 978 |
| 6.13 | Prescrição | 979 |
| 6.13.1 | Mandato, cargo em comissão e função de confiança (LIA, art. 23, I) | 981 |
| 6.13.2 | Servidores estatutários e empregados públicos (LIA, art. 23, II)..... | 982 |
| 6.13.2.1 | Ato de improbidade administrativa que também configura crime | 983 |
| 6.13.2.2 | Exercício cumulativo de cargo efetivo e cargo comissionado | 985 |
| 6.13.3 | Agentes públicos vinculados às entidades do art. 1º, parágrafo único, da LIA (art. 23, III)..... | 985 |
| 6.13.4 | Particulares..... | 986 |
| 6.13.5 | Prescrição intercorrente..... | 987 |
| 6.13.6 | Vários réus | 987 |
| 6.13.7 | Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário ... | 988 |

| | | |
|------|---|------------|
| 6.14 | Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade..... | 994 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 997 |